

## A ORDEM DE PALAVRAS E O CARÁTER NOMINATIVO/ERGATIVO DO PORTUGUÊS FALADO<sup>1</sup>

Erotilde Goreti PEZATTI<sup>2</sup>

- RESUMO: O português falado do Brasil, contrariamente à afirmação de que é uma língua SVO (sujeito-verbo-objeto), apresenta duas ordens predominantes: SV(O) (sujeito-verbo-(objeto)) e VS (verbo-sujeito). Essas duas ordens, na verdade, representam dois padrões de construção sintática, o nominativo e o ergativo. Do ponto de vista paradigmático-identificacional, a ordem SV(O) corresponde ao padrão nominativo, e a VS, ao ergativo, uma vez que o Si (sujeito de verbo intransitivo) da estrutura VS apresenta a mesma matriz de traços do O (objeto) da estrutura SV(O), em contraposição ao St (sujeito de verbo transitivo). Há assim um alinhamento Si-O, característico das línguas ergativas, em construções existenciais/apresentativas (com verbo de um lugar existencial - V1e), mas um alinhamento St-Si, característico das línguas nominativas, em construções com verbos de dois lugares (V2) e de um lugar não-existencial (V1~e). O português apresenta, portanto, com as estruturas intransitivas, uma ergatividade cindida.
- UNITERMOS: Ordem de palavras; línguas ergativa e nominativa; ergatividade cindida; caso absolutivo; construções existenciais/apresentacionais.

### 1. Duas ordens naturais em português

O português é comumente considerado uma língua acusativa, cuja ordem direta, não-marcada, é sujeito-verbo-objeto (SVO ou SV(O)) (cf. Andrade, 1987; Chaves, 1989). Essa ordem, conforme afirma Pádua (1960, p. 170), *distingue-se porque é tipicamente descendente, partindo do sujeito para o verbo e para o complemento, isto é, do conhecido para o desconhecido*. Segundo Decat (1989, p. 129), *da ordem SOV (característica do latim clássico), o português chegou à ordem SVO (das línguas românicas), passando, antes, pela fase TVO, com construções de tópico e enfraqueci-*

1. O presente trabalho é uma discussão resumida do assunto, amplamente discutido em nossa tese de doutorado. Para maiores detalhes, v. Pezatti, 1992.

2. Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

mento de clíticos. O enquadramento na tipologia SVO é resultado de uma mudança lingüística.

Observa-se que afirmações dessa natureza têm como base verbos de dois lugares, isto é, verbos transitivos que exigem dois argumentos nucleares: um deles é ativo, o sujeito, e o outro é inativo, o objeto. Não há dúvida de que a linearidade da sentença é um meio muito primitivo, por isso tende a refletir a ordem normal e natural dos fenômenos que ocorrem na realidade extralingüística. Ao iniciar uma ação, o ator preexiste necessariamente a ela. Só depois de realizada é que ela afeta ou atinge seu objeto ou produz algum outro. Não há dúvida também de que a tendência é colocar em primeiro lugar o que é conhecido do ouvinte (sujeito psicológico) e em último lugar o que é novo para ele (predicado psicológico) (cf. Vidos, 1967, p. 378), segundo uma perspectiva psicológica ou, mais recentemente, funcionalista da linguagem.

A classificação tipológica com base na ordem dos constituintes considera, ou a posição do verbo (V) e dos argumentos sujeito (S) e objeto (O), ou a posição do verbo e do objeto (VO e OV), desconsiderando, nesse caso, o sujeito, e pressupondo o caráter facultativo dele e o obrigatório do objeto. Toma, em outros termos, como ponto de referência, o verbo transitivo, de dois lugares, ou V2.

Uma investigação acurada das manifestações lingüísticas reais fornece, no entanto, suficiente base empírica para afirmar-se que as estruturas SVO são relativamente muito pouco freqüentes na língua portuguesa. O material<sup>3</sup> que levantamos revela haver uma freqüência de 32,4% de ocorrências de sentenças com verbos de dois lugares (V2) (correspondentes a 448 em 1.379 casos possíveis), sendo significativamente predominantes as ocorrências de verbo de um único lugar (V1): verbos intransitivos e predicados estativos com cópula, cuja freqüência corresponde a 67,5%. Esses resultados coincidem não casualmente com o levantamento desenvolvido por Oliveira (1989, p.62), que acusa um índice de 39% de casos de estrutura SVO em seu *corpus*. A conclusão óbvia que tira, e com a qual concordamos, é que tal resultado não permite enquadrar com suficiência o português do Brasil numa classificação tipológica exclusiva de matriz SVO (cf. Tabela 1, abaixo).

Tabela 1 – Ocorrência dos dois tipos de verbo no total

	n.	%
V2	448	32,4
V1	923	67,5
Total	1.379	

Os dados coletados indicam que, se a ordem SVO depende por definição de um verbo de dois argumentos, ou V2, o índice de 32,4% de sentenças com esse tipo de

3. O levantamento de dados resumiu-se à amostra do Projeto NURC/SP, organizado por Castilho & Preti (1986).

verbo, ainda que apresente a maioria esmagadora de ordem SVO, não pode, em hipótese alguma, servir como sustentação de que o português tem como matriz única a ordem SVO. Com verbos de dois lugares há, sim, a incidência majoritária da estrutura SVO (62,3%), em comparação às seqüências VOS e SOV, subtraídas as 152 ocorrências de sujeito nulo, referentes a um índice de 33,9%, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Ocorrência e ordem de V2

	n.	%
SVO	275	61,3
VOS	5	1,1
OSV	16	3,5
S. NULO	152	33,9
Total	448	

Considerando agora as estruturas com verbos de um único argumento nuclear, ou V1,<sup>4</sup> é possível separar as ocorrências em dois grupos, de acordo com a posição do argumento em relação ao verbo. Os dados reúnem, na Tabela 3, por um lado, 290 ocorrências, correspondendo a 21% do *corpus* total, de sentenças com o argumento único em posição pré-verbal (59,3%, retiradas as 103 ocorrências de sujeito nulo, correspondentes a 35,5%), e, por outro, 233 ocorrências, correspondentes a 16,8% do *corpus* total, cujo único argumento nuclear se posiciona radicalmente depois de verbo (94,7%).

Tabela 3 – Ocorrência e ordem dos dois tipos de V1

	SV		VS		nulo		Total
	n.	%	n.	%	n.	%	
V1 ~e	172	59,3	15	5,1	103	35,5	290
V1e	12	5,1	215	92,2	6	2,5	233

É necessário considerar, em nossa opinião, duas classes de V1: uma que inclua verbos intransitivos de estado, ação e processo, denominados verbos não-existenciais (doravante V1~e), e outra que abranja verbos como *ser*, *ter*, *existir*, *haver*, e *acontecer*, *ocorrer*, *aparecer*, *surgir*, que denotam existência positiva ou emergência de uma

4. Há ainda um outro grupo de V1, as estativas copulativas, que correspondem a 400 ocorrências, ou seja, 29% do *corpus*, que não foram consideradas para análise, por serem estruturas muito específicas em comparação aos dados considerados, que se restringem a estruturas com verbos nocionais.

entidade, e verbos como *faltar*, *falhar*, *pifar*, que indicam existência negativa, denominados, de agora em diante, verbos existenciais (V1e). Verifica-se, no entanto, que verbos de estado, ação ou processo, definidos aprioristicamente como não-existenciais, podem vir a pertencer a essa categoria, indicando existência positiva ou negativa de uma entidade, dependendo das circunstâncias de enunciação, ou, conforme diz Fillmore (1977), das cenas em que estão inseridos.

Desse modo, o falante seleciona o verbo de acordo com o que deseja trazer em cena. Seleciona, por conseguinte, V1~e se deseja expressar uma idéia de ação, processo ou estado não-existencial, ou opta por um V1e se deseja indicar a emergência ou existência positiva ou negativa de uma entidade. E, como afirma Chafe (1979, p. 97), é a natureza do verbo que determina as restrições de seleção dos elementos restantes que compõem a oração: que nomes o acompanham, qual é a relação desses nomes com o verbo e como tais nomes são semanticamente especificados. Enfim, o verbo é que dita a presença e a natureza do nome, e não vice-versa. Um verbo de processo pode ser empregado como existencial, de acordo com a cena vista da perspectiva do falante. É o que nos demonstram os seguintes exemplos:

- (1) João morreu
- (2) morreram os dois no mesmo dia

No exemplo (1), o falante escolhe indicar um processo, ou seja, a mudança de estado ocorrida com o referente *João*, e assim estrutura a frase colocando o SN em posição pré-verbal, como sujeito e também como tópico da sentença. Já em (2), ele opta por indicar o fato ocorrido de forma global, numa única unidade informacional. Colocando o SN em posição pós-verbal, descaracteriza-o, então, como sujeito e tópico da sentença, de modo que a sentença toda é a expressão do estado de coisas.

Um verbo de ação pode passar a indicar também a existência positiva de determinada entidade:

- (3) sai as brigas em família

O verbo *sair*, nesse caso, deixando de indicar movimento, que o caracteriza lexicalmente, passa a denotar surgimento de uma entidade. O SN que representa a entidade se posiciona depois do verbo e constitui com ele uma unidade fechada.

A escolha de um V1e obriga a colocação do argumento em posição pós-verbal, acarretando a ordem VS em 94,7% das ocorrências. Tal frequência percentual sugere que a chamada ordem "invertida" é, na verdade, perfeitamente natural.

A Tabela 4 distribui as estruturas com SN manifesto em relação à ordem dos constituintes.

Assim, consideradas apenas as classes de verbos V2 e V1~e com os argumentos manifestos (483 ocorrências, correspondendo a 65,2% do total, subtraídos os casos de sujeito nulo), observa-se que é justamente pela tendência em colocar o argumento-sujeito em posição pré-verbal que o português consistiria numa língua SV(O). Não se devem

desconsiderar, no entanto, os 33% de ordem VS, que indicam a existência de outra estrutura com incidência proporcionalmente tão significativa quanto aquela.

Tabela 4 – Ocorrência dos verbos com SN manifesto e a ordem dos constituintes

	SV(O)		VS		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
V2/V1~e	463	95,8	20	4,1	483	68,0
V1e	12	5,2	215	94,7	227	31,9
Total	475	66,9	235	33,0	710	100,0

Defendemos, portanto, a existência de duas seqüências “naturais” no português que “se conformam à ordem com que nosso espírito concebe as coisas” (cf. Barbosa, 1830): uma, com verbos transitivos e intransitivos não-existenciais, em que o sujeito se posiciona imediatamente antes do verbo e o objeto (se houver) depois dele, caracterizando a ordem SV(O) (66,9%); e outra, com verbo intransitivo existencial, cujo único argumento se posiciona depois do verbo – ordem VS (30,2%). Os 2,8% de ordem VS restantes correspondem a outras estruturas que serão devidamente discutidas mais adiante.

## 2. Os verbos e seus argumentos

De acordo com a visão funcionalista de Chafe (1979, p. 97), todo universo conceitual humano é dicotomizado inicialmente em duas grandes áreas: a do verbo, que engloba estados (condições, qualidades) e eventos, e a do nome, que engloba “coisas”, sejam objetos físicos ou abstrações coisificadas. É central a área do verbo, e periférica a do nome, pois é a natureza do verbo que determina a seleção dos constituintes restantes da oração: que nomes o acompanham, qual será a relação dos nomes com o verbo, e como esses nomes serão semanticamente especificados. É o verbo que dita a presença e a natureza do nome e não o contrário.

Baseando-se, então, nessa perspectiva conceitual, analisa-se cada argumento dos três tipos de verbos aqui enfocados – V2, V1~e e V1e –, para detectar-se a matriz de traços preferenciais dos argumentos de cada classe: verbo de dois argumentos, de um argumento não-existencial e de um argumento existencial. São os seguintes os fatores observados nos argumentos:

1. *papel sintático*: St – sujeito de verbo transitivo; Si – sujeito de verbo intransitivo; O – objeto; e Obl – oblíquo. Oblíquo se refere a qualquer outra função que não seja a de S e O;

2. *papel semântico*: *A* – agente – especifica algo que realiza uma ação, algo que tem o poder de fazer alguma coisa, que tem uma força própria, que é automotivado (Chafe, 1979, p. 110);  
*P* – paciente – entidade que se move ou sofre mudança de um estado, condição ou posição para outro estado, condição ou posição, ou, em outros termos, entidade cujo estado de existência é afetado pela ação expressa pelo predicado (1979, p. 100);  
*B* – beneficiário – é o elemento que se beneficia daquilo que foi comunicado no resto da oração, ou o elemento que está em estado de posse ou que sofre ganho ou perda na transferência de um objeto (1979, p. 152);  
*E* – experienciador – participante que está mentalmente disposto de algum modo, que sofre um evento psicológico de sensação, emoção ou cognição (1979, p.149);  
*Rec* – *receptivo* – é o elemento que, embora afetado de algum modo pela ação, não muda seu estado ou condição como resultado, não podendo ser classificado, portanto, como Paciente (1979, p. 107);  
*Res* – *resultativo* – representa uma entidade que vem à existência em decorrência da ação identificada pelo verbo (Lima, 1985, p. 110);  
*Esp* – *especificador* – é o argumento que não é afetado pela ação verbal, mas completa ou especifica o sentido do verbo (1985, p. 113);  
*Loc* – *locativo* – especifica a noção de espaço de que se revestem o estado, o processo ou a ação expressos na oração (1985, p. 126);  
*N* – *neutro* – é o argumento de verbo estativo, assim denominado por ter função semântica zero (cf. Dik, 1981, p. 38-9), sendo apenas o suporte de uma propriedade, condição ou situação expressa pelo predicado;
3. *forma de manifestação*: lexical (SN pleno), não-lexical (pronome) ou nulo (elíptico);
4. *definidade*: nos termos de Chafe (1976, p. 39), é definido o elemento cujo referente, o falante, assume que o ouvinte já conhece ou pode identificar, dentre os referentes que podem ser caracterizados do mesmo modo, aquele que o falante tem em mente. Definido, assim, equivale a identificável, e indefinido, a não-identificável;
5. *categoria semântica*: humano/não-humano e animado/não-animado;
6. *status informacional*: *dado* – conhecimento que o falante assume estar na consciência do destinatário no momento da enunciação, e *novo* – informação que o falante assume que está introduzindo na consciência do ouvinte com o que diz (Chafe, 1976, p. 30);
7. *posição*: *Pré* – posição antes do verbo, e *Pós* – posição depois do verbo.

A Tabela 5 fornece um quadro geral dos resultados obtidos da relação entre o tipo de verbo e os argumentos.

Tabela 5 – Tipos de argumentos e fatores analisados

Tipo de verbo		V2				V1~e		V1e	
Tipo de argum. →		St		O		Si		Si	
Fator		n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
papel semântico	A	223	49,7	-	-	161	55,5	-	-
	P	-	-	225	50,2	38	13,1	42	18,0
	B	111	24,7	-	-	12	4,1	-	-
	E	108	24,1	-	-	53	18,2	-	-
	Rec	-	-	03	0,6	-	-	-	-
	Res	-	-	48	10,7	-	-	-	-
	Esp	-	-	172	38,3	-	-	-	-
	Loc	-	-	-	-	-	-	-	-
	N	6	1,3	-	-	26	8,9	191	81,9
forma	+ lex	109	24,3	366	81,6	105	36,2	214	91,8
	- lex	181	41,0	40	8,9	82	28,2	13	5,5
	nulo	148	33,9	42	9,3	103	35,5	6	2,5
defin.	+ def	368	82,1	201	44,8	203	79,3	71	30,4
	- def	80	17,8	247	55,1	60	20,6	162	69,5
human.	+ hum	360	80,3	44	9,8	233	76,8	28	12,0
	- hum	88	19,6	404	90,1	67	23,1	205	87,9
animac.	+ ani	365	81,4	46	10,2	228	78,6	31	13,3
	- ani	83	18,5	402	89,7	62	21,3	202	86,6
status inform.	dado	409	91,2	194	43,3	260	89,6	86	36,9
	novo	39	8,7	254	56,6	30	10,3	147	63,3
posição	pré	291	98,3	16	3,9	172	91,9	12	5,2
	pós	05	1,1	389	96,0	15	8,0	215	94,7

Os verbos de dois lugares, V2, como vimos observando, apresentam geralmente um argumento a eles anteposto, o sujeito (St), e outro posposto, o objeto (O).

Os argumentos Sts predominam no papel de agente com verbos de ação; beneficiário e experienciador, com verbos de estado e processo. Os seis casos de argumento neutro, ou seja, o depositário da predicação, ocorrem com verbos estativos.

Há uma alta freqüência percentual de St nulo, principalmente com os verbos de ação, e a predominância de SN pronominal. Com relação aos traços humano/não-hu-

mano e animado/não-animado, os dados mostraram o predomínio dos traços [+hum] e [+ani]. Quanto ao *status* informacional, observamos que o St é geralmente dado.

A partir desses dados, é possível determinar a matriz de traços que caracteriza o argumento St, em termos de predominância:

$$\text{St} = \{A, -\text{lex}, +\text{def}, +\text{hum}, +\text{ani}, +\text{dado}, \text{Pré}\}$$

O outro argumento nuclear de V2, O, predomina com o papel semântico de paciente, o afetado pela ação verbal. Quanto à forma, verifica-se ser ele sempre lexical, raramente nulo ou pronominal. A definidade não parece ser um traço determinante, pois [-def] predomina por pequena margem. Os traços humano/não-humano e animado/não-animado indicam que o argumento O é predominantemente não-humano e não-animado. O *status* informacional desse argumento é geralmente novo. Quanto à posição ocupada, observa-se que, quando manifesto, sua posição é pós-verbal em 96,0% das ocorrências.

É possível determinar, com base nesses resultados, a matriz de traços que caracteriza predominantemente o argumento O de um V2:

$$\text{O} = \{P, +\text{lex}, -\text{def}, -\text{hum}, -\text{ani}, \text{novo}, \text{Pós}\}$$

Quanto ao tipo de V1~e, é possível detectar a seguinte distribuição de traços de seu único argumento.

Do ponto de vista semântico, esse argumento pode desempenhar os papéis de agente, paciente, experienciador e beneficiário, com a predominância do primeiro. Observa-se que os argumentos pacientes ocorrem com verbos de processo e, o neutro, com verbos de estado, acompanhados geralmente de um oblíquo ocupando a posição pós-verbal. Cf.:

- (4) vocês precisam de pessoal
- (5) eu dependo daquilo

assemelhando-se, deste modo, à estrutura de V2: St V O = Si V Obl.

Quanto à forma do argumento, constata-se que, quando manifesto, predominam os SNs lexicais, tendo os nulos um percentual, assim mesmo, bem-representativo. A análise nos mostra ainda que o sujeito de V1~e é predominantemente definido. Com relação aos traços semânticos humano/animado, esse argumento é geralmente marcado positivamente. Informacionalmente, é dado em 89,6% das ocorrências, colocando-se em posição inicial dentro da oração. Os quinze casos desse argumento em posição pós-verbal podem ser separados em dois grupos:

1. os casos de antitópico, como *Evoluiu muito o teatro principalmente no Brasil*;
2. os casos em que o verbo e o argumento são enunciados de uma só vez, constituindo um todo informacional, como se os dois elementos estivessem fundidos.

Esse tipo é exemplificado por: a) *vão dois para a escola*; b) *vai milhões para o mar*; c) *aumenta o controle*.

A partir desses dados, é possível definir as características preferidas do argumento Si do V1~e, ou SiPré:

SiPré = [A, +lex/Ø, +def, +hum, +ani, dado]

Resta determinar, ainda, as características do argumento de V1e, que é geralmente posposto.

O papel semântico desempenhado pelo argumento desses verbos é predominantemente neutro, tendo o paciente uma frequência percentual de 18%. Quanto à forma, nota-se forte tendência para a seleção de SN lexical. Observa-se também a baixíssima frequência percentual desse argumento nulo, o que o equipara a O e o contrapõe a St e a SiPré.

Com relação ao traço definido, observa-se uma margem de vantagem para os referentes indefinidos. Normalmente, quando é [+def] é também [+dado]; quando não é dado, o argumento é especificado por um adjetivo ou é um nome próprio (cf. *Chegou o Estado Novo*). Tal argumento apresenta-se sempre na 3ª pessoa, diferentemente dos outros argumentos sujeitos, St e SiPré. Predominam as categorias semânticas não-humano e não-animado em mais de 80% das ocorrências e, quando é [+hum/+ani], é também [-def] ou genérico (indicando a classe) e [-dado], conforme indicam os exemplos: *aqui é um advogado*; *não apareceu ninguém*.

O *status* informacional de tal argumento é predominantemente novo. Quanto à posição, como já se notou, prevalece a posição pós-verbal; só é anteposto ao verbo quando possui mais traços próprios do SiPré, principalmente [+dado] e [+def] e algumas vezes [-lex], conforme mostram os exemplos: a) *essas ligações ocorrem com muita dificuldade*; b) *isso existe em todo local né?*; c) *o Mappin também já existia*.

É possível definir então a matriz de traços predominantes do argumento do V1e, ou SiPós:

SiPós = [N, +lex, -def, -hum, -ani, novo]

A comparação dos argumentos, em relação ao papel semântico, revela que St e SiPré são basicamente agente, beneficiário e experienciador, enquanto O e SiPós são essencialmente paciente, especificador e neutro. É possível detectar aí duas classes de papéis semânticos ou, mais especificamente, dois hiperpapéis. Agente, beneficiário e experienciador constituem uma classe natural que indica o participante principal, que atua de alguma forma no processo verbal; constituem, portanto, o hiperpapel *ativo*. Paciente, especificador e neutro, por outro lado, indicam o participante não atuante, o afetado ou, pelo menos, passivo; constituem, então, o hiperpapel *inativo*.

Considerando os hiperpapéis, comparem-se agora as quatro matrizes de traços predominantes:

St	SiPré	SiPós	O
ativo	ativo	inativo	inativo
-lex	+lex/∅	+lex	+lex
+def	+def	-def	-def
+hum	+hum	-hum	-hum
+ani	+ani	-ani	-ani
dado	dado	novo	novo
Pré	Pré	Pós	Pós

Observa-se que O e SiPós apresentam exatamente os mesmos traços, contrapondo-se a St e a SiPré.

O que caracteriza o objeto (O) e o sujeito do verbo existencial (SiPós) são os traços inativo, lexical, não-definido, não-humano, não-animado e novo. O sujeito do verbo não-existencial (SiPré) e o de verbo transitivo (St), por outro lado, apresentam um conjunto de traços opostos aos dos primeiros. Isso nos possibilita afirmar que há uma marcação fluida com tais argumentos. SiPós e O alinham-se opondo-se a St e a SiPré, caracterizando, desse modo, o que se denomina de comportamento ergativo de uma língua, segundo a abordagem paradigmático-identificacional.<sup>5</sup> O português apresenta, por conseguinte, uma *ergatividade cindida*, já que o argumento de verbos intransitivos se alinha ora a St ora a O, dependendo do tipo de verbo: V1~e ou V1e, conforme o esquema abaixo:

V2 = S V O  
V1~e = S V  
V1e = V S

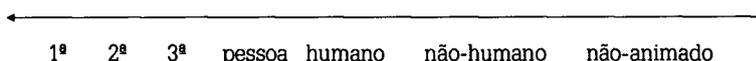
### 3. Ergatividade cindida

O fenômeno denominado ergatividade cindida (*split ergativity*, conforme Comrie, 1978, Dixon, 1979 e Dutra, 1987) refere-se ao fato de uma mesma língua operar em alguns aspectos sobre base ergativo-absolutiva e, em outros, sobre base nominativo-acusativa. Há três fatores que determinam a *ergatividade cindida*, dentre os quais dois

5. Segundo Plank (1979, p. 4), um padrão gramatical apresenta um alinhamento ergativo se ele identifica o sujeito intransitivo (Si) e o objeto transitivo (O) como opostos ao sujeito transitivo (St): Si=O e diferente de St. Um padrão gramatical exibe um alinhamento nominativo se identifica St e Si como opostos a O: Si=St e diferente de O.

se ajustam ao português: a natureza semântica do SN e a do verbo. O terceiro fator se refere ao tempo e ao aspecto verbal.

Com relação à *natureza semântica do SN*, a literatura tem mostrado que a maioria dos discursos, em qualquer língua, está obviamente orientada, em primeiro lugar, para o falante. Em sua visão de mundo, é o falante o agente por excelência. O agente mais próximo é o destinatário, depois, a terceira pessoa humana (primeiramente nomes próprios e depois comuns), a seguir, animados não-humanos e, por último, os inanimados. Tal ordenação constitui a hierarquia de animacidade em que as primeira e segunda pessoas se sobrepõem à terceira pessoa humana, que se sobrepõe, por sua vez, a animados não-humanos, que predominam sobre os inanimados:



Línguas de ergatividade cindida, baseada na hierarquia de animacidade, tomam um ponto de referência na escala como termo divisor: os nomes à esquerda desse ponto são marcados de um modo, e os que ficam à direita, de outro.

Quanto à *natureza semântica do verbo*, sabe-se que verbos transitivos caracterizam-se por manifestar um evento controlado por um agente; o SN que representa o participante controlador está na função de St, e o outro SN nuclear, na função de O. Os verbos intransitivos referem-se a eventos que envolvem um único participante e se estendem por um vasto campo semântico. Seu único SN está sempre na função de S, podendo sua natureza semântica variar de agente controlador a não-controlador da ação. As línguas tendem, no entanto, a ignorar esses refinamentos semânticos dos SNs em função de S, assinalando com uma única e mesma marca gramatical o SN nuclear de verbo intransitivo: com a mesma forma e função de O ou de St das sentenças transitivas.

Para evitar ambigüidade, usa-se marcação diferente para os SNs na função de St e na de O. Uma vez estabelecidos os dois tipos de marcação morfológica, a natureza semântica de uma sentença intransitiva pode ser representada, marcando-se S igualmente a St, se o evento ocorre como resultado da ação ou não-ação do sujeito, se ele é o controlador (ex.: *Maria saiu*), e igualmente a O, se a causa do evento é inteiramente externa ao sujeito, se ele não exerce controle de atividade (ex.: *Sai as brigas em família*).

O português falado é um sistema de ergatividade cindida, motivada por dois fatores: a natureza semântica do verbo, verbo de dois lugares e de um lugar não-existencial ou verbo de um lugar existencial, e, conseqüentemente, a natureza do SN que o acompanha, como se observa a partir da seguinte distribuição:

- St, sujeito de V2, SN ativo, sempre em posição pré-verbal;
- O, objeto de V2, SN inativo, sempre em posição pós-verbal;
- Si, sujeito de V1~e, SN ativo, sempre em posição pré-verbal;
- Si, sujeito de V1e, SN inativo, sempre em posição pós-verbal.

O sujeito intransitivo recebe marcação igual ao sujeito transitivo (posição pré-verbal), se o evento ocorre como resultado de ação ou não-ação do sujeito (ex.: *As crianças entraram em casa*), e igual ao objeto transitivo (posição pós-verbal), se a causa do evento for inteiramente externa ao sujeito (ex.: *Em casa entra muita revista em quadrinho*). Da escala de animacidade, o português elege, assim, como ponto de referência, o traço animado. Os nomes à direita desse ponto tendem a posicionar-se antes do verbo, sendo normalmente marcados como nominativos; os que ficam à esquerda tendem a posicionar-se depois do verbo, e recebem marca de absolutivos. Desse modo, em predicados de dois lugares, ocupa a posição de sujeito (pré) o SN que se coloca mais à esquerda da escala, e a posição de objeto (pós), o SN mais à direita. Já em predicados de um lugar, há uma divisão: sendo o nome ativo, ele se posiciona antes do verbo; se afetado ou inativo, depois do verbo.

Com base na definição paradigmático-identificacional de alinhamentos ergativo (-absolutivo) e nominativo (-acusativo),<sup>6</sup> podem-se distinguir no português os dois padrões: o padrão nominativo com verbos de dois lugares (V2) e verbos de um lugar não-existencial (V1~e), cujos argumentos, St e SiPré, opõem-se a O (alinhamento St = SiPré), pois apresentam, além da posição pré-verbal, os traços ativo, definido, animado e dado, e exibem a ordem SV(O); e o padrão ergativo com verbo intransitivo existencial (V1e), que alinha SiPós e O, opondo-os a St, já que o único argumento desse verbo se caracteriza por ser inativo, pós-verbal, não-definido, não-animado e novo, tal qual o argumento O de V2.

#### 4. A ordem SV(O) e o caráter nominativo do português

O padrão nominativo caracteriza-se por apresentar, em algum nível, o alinhamento de St com Si oposto a O, ou seja, uma única marca para o sujeito, seja de verbo transitivo ou intransitivo, e outra para o objeto. Os elementos estruturais expressam diretamente as relações de sujeito e objeto, atribuindo, respectivamente, o caso nominativo ao sujeito e o acusativo ao objeto. O caso mais importante, o nominativo, é geralmente marcado por zero. É empregado em citações, além de ser o pivô sintático e muitas vezes mais freqüente no texto do que o acusativo. Sua morfologia, pragmaticamente orientada, codifica a função discursivo-pragmática de sujeito/tópico, desconsiderando o papel semântico (agente, beneficiário, paciente) e o *status* de transitividade da sentença (cf. Cooreman et al., 1984). A transitividade é expressa na estrutura da sentença e não no verbo, por meio de três propriedades da oração: dois participantes – o agente e o paciente – e uma ação, o verbo (cf. Hopper & Thompson, 1980).

6. Ver nota 5.

Uma oração pode ser mais ou menos transitiva, dependentemente da efetividade de transferência da ação de um agente para um paciente. Essa efetividade é o resultado da atualização de dez componentes envolvidos na ação verbal, que covariam e coexistem nas línguas, determinando o grau relativo de transitividade da oração: número de participantes, cinesia, aspecto, punctualidade, volitividade, polaridade, modalidade, agentividade, individuação e afetamento do objeto. A transitividade não afeta, no entanto, a função discursiva de tópico atribuída ao sujeito, uma vez que tanto as orações transitivas quanto as intransitivas (com V1~e) apresentam a relação tópico/comentário, tendo o sujeito o papel discursivo de tópico (ponto de partida), e o predicado, o de comentário, o objetivo da comunicação.

Afirmar que o português é uma língua nominativa implica que o sujeito de verbo de dois lugares (V2) e de verbo de um lugar não-existencial (V1~e) se coloca antes do verbo, quer dizer, é marcado da mesma maneira, e o objeto se coloca depois do verbo (é marcado de outro modo), conforme já demonstrado acima. Corresponde, portanto, à ordem SV(O).

Segundo Lehmann (1978), as línguas SVO requerem a manifestação de seus três constituintes: o sujeito, o verbo e o objeto, o que pressupõe não só o emprego de substitutos de nomes, como os pronomes, mas também os de verbos e orações. Van Valin (1980) observa que nas línguas nominativas, como o alemão, o sujeito tem um papel muito importante, pois permite um número de processos gramaticais como o apagamento correferencial. Também, em português, apaga-se o sujeito da oração subsequente se ele é idêntico e correferencial ao da antecedente, conforme se observa em:

(6) Mário veio aqui e entregou o livro a Joana

O SiPré da oração intransitiva inicial é idêntico e correferencial ao St da oração transitiva, por isso pode ser apagado. Mesmo com a inversão da posição das orações, o apagamento é necessário:

(7) Mário entregou o livro a Joana e saiu

São ambíguas, no português, sentenças como:

(8) \*Mário veio aqui e ele entregou o livro a Joana

(9) \*Mário entregou o livro a Joana e ele saiu

A posição de sujeito, nos sistemas nominativos, deve ser sempre preenchida, uma vez que essa função é decisiva para a estrutura da sentença. Tal afirmação poderia, a princípio, negar a nominatividade do português, que tem sido enquadrado por alguns pesquisadores (Tarallo & Kato, 1989; Lobato, 1986) no parâmetro das línguas *pró-drop*, que apresentam, como principal propriedade, a possibilidade de sujeito nulo, isto é, em razão de uma morfologia verbal muito rica, torna-se dispensável a manifestação fonética do pronome sujeito. Oliveira (1986, 1989), no entanto, aborda

a questão da ordem sob o ponto de vista da manifestação do sujeito e do objeto, concluindo que o português possa estar perdendo o caráter de opcionalidade do sujeito, ou seja, a presença do sujeito está se tornando obrigatória, enquanto prolifera a ausência do objeto. Parece, portanto, que as conclusões de Oliveira vêm ratificar o caráter nominativo do português, na medida em que assinala a obrigatoriedade de preenchimento do sujeito, a despeito de seu caráter *pró-drop*.

No alinhamento nominativo, o agente comumente assume a relação (primária) St, o paciente, a relação (secundária) O, e o único actante de uma oração intransitiva, a relação Si, mas não há a obrigatoriedade de papel semântico específico para esses argumentos. Assim, no padrão nominativo do português, embora desempenhem preferencialmente o papel semântico de agente (com verbos de ação), os argumentos sujeitos de V2 e V1~e podem exercer também o papel de paciente, beneficiário e neutro (com verbos de estado), experienciador (com verbos de processo) e instrumental. As sentenças seguintes, extraídas do *corpus*, atestam essa afirmação:

- (10) *ele* fazia um jornal cinematográfico (V2 – agente)
- (11)  *muitos desses filmes* tiveram grande êxito (V2 – beneficiário)
- (12) *o preço* flutua no mercado externo (V1 – paciente)
- (13)  *você* não conhece a taxa de juros futura (V2 – experienciador)
- (14) *ela* mora numa casinha (V1 – neutro)

É claro que a posição mais alta na escala de animacidade tem um claro privilégio na escolha do sujeito nos sistemas nominativos. Em virtude de se classificarem em posição alta da escala, agentes, experienciadores e beneficiários são, assim, tipicamente escolhidos como sujeito em contraste a seus opostos – paciente, estímulo e objeto possuído –, que geralmente são selecionados como objeto.

O padrão nominativo do português, representado na ordem SV(O), participa muito na estruturação de sentenças discursivamente organizadas em tópico/comentário, sendo o tópico o ponto de partida da comunicação, e comentário, o material novo. Como o sujeito está geralmente ligado às sentenças precedentes, torna-se menos enfático, acarretando a posição remática do verbo e seu complemento. O SN agente (ou voluntário) é obrigatório, exerce principalmente a função de sujeito e é o tópico. Tais características são predominantes em orações do português com V2 e V1~e, conforme os exemplos (15) – (18) do *corpus*:

- (15) *a gente* vai para a cidade
- (16) *o pessoal* assiste televisão
- (17) *ela* pede concordata
- (18) *minha senhora* chamou a mãe

Uma das principais características das línguas SVO é apresentar construções especiais como a passiva, que permitem tornar o objeto o tema. Nesses casos, uma estrutura transitiva ativa constituída de agente-verbo-paciente, como *x colhe o café manualmente*, corresponde a uma passiva, paciente-verbo, *o café é colhido manual-*

mente, sem necessidade de explicitar o agente, que, quando aparece, está no caso oblíquo.

O português possui uma estrutura passiva em contraposição à ativa, embora não apresente uma ocorrência muito grande dessas estruturas como, por exemplo, o inglês. A passivização é restrita a alguns tipos de verbos, e sua ocorrência é limitada, correspondendo a apenas 9,1% das ocorrências de V2 do corpus.

## 5. A ordem VS e o caráter ergativo do português

De acordo com uma definição paradigmático-identificacional (cf. nota 5, p. 14), o sistema ergativo caracteriza-se pelo alinhamento formal entre o sujeito intransitivo e o objeto transitivo, contraposto ao sujeito transitivo; possui, em outros termos, uma marca para os sujeitos transitivos e outra para os sujeitos intransitivos e objetos.

Conforme já demonstramos anteriormente, postulamos neste trabalho a existência de um padrão ergativo no português, porque, além de alinhar-se a O em oposição a St e a SiPré, o sujeito de V1e, SiPós, define-se pelo mesmo conjunto de traços de construções transitivas que caracteriza O. Parece conclusivo que a ergatividade do português é determinada pela natureza do verbo (V1e) e do SN que o acompanha.

No padrão ergativo, o sujeito de verbo intransitivo e o objeto de verbo transitivo constituem uma classe, já que apresentam as mesmas características: mesmo comportamento sintático, mesmo conjunto de traços e mesma marca. São denominados *absolutivos*.

No sistema ergativo do português, são absolutivos o sujeito do verbo intransitivo existencial (SiPós) e o objeto transitivo (O). Caracterizam-se por apresentar uma bateria de propriedades semânticas que os distingue do sujeito transitivo (cf. Keenan, 1984), dentre as quais destaca-se uma forte dependência do verbo, atestada pelos seguintes fatos.

O referente do sujeito transitivo (St) tem normalmente existência independente da atividade expressa pelo predicado, conforme atestam as sentenças (19) e (20):

(19) *os jornais baianos* fizeram editoriais a respeito de Gabriela  
(20) e *ele* nos convida

Já o referente do SN absolutivo, ao contrário, passa a existir, muitas vezes, em conseqüência da atividade expressa pelo predicado (cf. as sentenças (21) e (24), abaixo). Esse fato indica que os argumentos absolutivos constituem com o predicado uma unidade mais fechada do que os Sts.

(21) *acontece uma série de coisas*  
(22) *vinha um novo anticristo*

- (23) mas eu não faço *comentários*  
(24) o Mackenzie criou *cursos técnicos*

O processo sintático de incorporação de nomes, com muita probabilidade de ocorrência no português, só reforça a evidência acima mencionada de vinculação estreita dos absolutivos a seu predicado. Na incorporação de nome, um SN é fisicamente incorporado à estrutura do verbo, constituindo com ele uma unidade semântica e possibilitando, assim, a redução da valência verbal, pois um verbo transitivo torna-se, com esse processo, intransitivo. Um St não pode ser incorporado ao verbo. Observem-se os exemplos do português:

- (25) *tomei um lanche ontem*  
(26) *lanchei ontem*

Os absolutivos possuem também propriedades de papel temático que os diferenciam dos Sts, já que são comumente pacientes no sentido em que seu estado de existência é afetado pela ação expressa pelo predicado:

- (27) *bateu seis horas*  
(28) *o padeiro assassinou a amante*

Além disso, os argumentos absolutivos incluem-se freqüentemente entre os SNs cujo percurso é especificado pelos locativos de origem e meta com verbos de movimento. Já Sts somente são afetados se o argumento O também o for. Observem-se as sentenças (29) – (31):

- (29) *boto a família no carro*  
(30) *vem um montão de coisa* diante de mim  
(31) *Mário levou Joana* até a sala.

Até aqui apresentamos evidências para a ergatividade do português, com base na definição paradigmático-identificacional dos alinhamentos ergativo/absolutivo e nominativo/acusativo. A ergatividade e a nominatividade, no entanto, podem ser definidas com uma base sintagmático-construcional, sem necessidade de comparações paradigmáticas de construções de um ou de dois lugares. Com efeito, Plank (1979) define a construção ergativa como a que se caracteriza por ter o paciente transitivo como Si, e o agente transitivo por nunca ser O, enquanto a nominativa se caracteriza por apresentar paciente transitivo O, e o agente como St, conforme o esquema:

- a) Construção ergativa:  
o agente transitivo é diferente de St, talvez oblíquo, mas não O  
o paciente transitivo é Si

- b) Construção nominativa:  
o agente transitivo é St  
o paciente transitivo é O

Para reforçar a tese da estruturação ergativa no português, argumentaremos a seguir, fornecendo evidência empírica de apoio com base na abordagem sintagmático-construcional.

As construções ergativas do português, definidas com base sintagmático-construcional, são construções resultantes de uma operação, utilizada pelas línguas para reduzir a valência de verbos, que deriva predicados de um lugar de predicados de dois lugares. É claramente uma operação que preserva os absolutivos, conservando-lhes as propriedades primitivas no Si derivado. São comuns no português estruturas como (33), derivadas de (32):

- (32) João abriu a porta  
(33) a porta abriu

No caso acima ilustrado, descarta-se o argumento agente-sujeito de (32) e o absolutivo O, paciente transitivo, assume a posição de sujeito, conservando, porém, as características originais de absolutivo que é. Deste modo, o exemplo (32) é uma construção nominativa, enquanto (33) é ergativa, numa base sintagmático-construcional.

A construção nominativa e a ergativa, definidas com base sintagmático-construcional, diferem uma da outra na escolha do papel semântico para sujeito gramatical básico: a primeira seleciona o agente, e a segunda, o paciente. Isso quer dizer que, em construções ergativas, só o SN afetado é obrigatório, enquanto o SN agente ocupa uma posição secundária, a de oblíquo, quando manifesto. O argumento absolutivo assume toda a importância.

Ora, o português exibe um número considerável de construções, usadas quando não é relevante a explicitação do agente para os propósitos do discurso.

Uma delas é a construção *pseudo-reflexiva*, que se constitui numa operação muito semelhante à da construção ergativa acima referida, em que o objeto transitivo assume ao mesmo tempo as características de agente e paciente e se desloca para a posição de sujeito, preservando sua propriedade de absolutivo:

- (34) a porta se fechou  
(35) o vaso quebrou-se

São comuns ainda construções paralelas em que uma prototipicamente nominativa tem um St agente e um O paciente, implicando alta transitividade, e a outra, a ergativa correspondente, tem o único argumento ocupando a posição de sujeito, mas no papel semântico de paciente. Nos exemplos a seguir, podemos observar a correlação entre as sentenças (36)–(37) e entre (38)–(39):

- (36) Paulo matou João  
(37) João morreu  
(38) o menino derrubou o vaso  
(39) o vaso caiu

Na verdade, a nominatividade e a ergatividade dessas estruturas paralelas repousam na escolha do elemento que deverá ser tomado como ponto de vista, ou sujeito da sentença. Assim, com orações transitivas, quando o paciente é o sujeito gramaticalizado, ou ponto de vista, a construção é ergativa, enquanto na nominativa, o agente é que é gramaticalizado como sujeito.

## 6. Considerações finais

Uma das propostas mais significativas deste trabalho foi empreender uma descrição mais adequada da questão da ordem de constituintes na estrutura sentencial do português falado, relacionando dados empíricos a bases teóricas de natureza funcionalista.

Acreditamos ter demonstrado a inadequação dos estudos de ordem disponíveis, principalmente os que abordam a seqüência VS, por não considerarem uma distinção relevante entre os verbos de um único argumento. Incluí-los numa única classe conduz a descrições pouco condizentes com os dados reais e a afirmações equivocadas, como a de que a ordem VS é uma ordem marcada e pouco freqüente. Há, na verdade, três classes de verbos nocionais no português: verbos de dois lugares, ou seja, verbos com dois argumentos nucleares (V2), que podem ser de ação, processo e estado; verbos de um único argumento nuclear não-existenciais (V1~e), de ação, processo ou estado; e verbos de um único lugar existenciais (V1e), de estado ou processo, que indicam a existência positiva ou negativa de uma entidade. É, conseqüentemente, equivocado classificar o português como uma língua SVO, pois os dados empíricos mostram haver duas ordens predominantes de acordo com o tipo de verbo: SV(O), com verbos transitivos e intransitivos não-existenciais, e VS, com intransitivos existenciais. A cada uma dessas seqüências corresponde um padrão de construção: a ordem SV(O) marca o padrão nominativo, enquanto a VS indica o ergativo, tendo cada um funções específicas dentro da língua.

No padrão nominativo, a categoria S dos verbos de dois lugares e dos verbos não-existenciais (St e SiPré) é representada por um argumento ativo, na medida em que participa de alguma forma da atividade verbal, ocupando geralmente uma posição alta na escala de animacidade; é anteposto ao verbo e, normalmente, o tópico da comunicação. O objeto, por sua vez, é o elemento inativo ou afetado pela atividade verbal, ocupando, por isso mesmo, posição baixa na escala de animacidade; coloca-se depois do verbo, introduzindo o elemento novo. O padrão ergativo caracteriza-se por ter o único argumento do verbo intransitivo existencial, o SiPós, com os mesmos traços

do objeto transitivo, com o qual constitui a classe dos absolutivos. Além dessas construções ergativas, de base paradigmático-identificacional, o português apresenta construções também sintagmaticamente ergativas, em que o argumento sujeito, apesar da posição pré-verbal, é um absolutivo, já que é inativo (paciente ou neutro).

PEZATTI, E. G. Word order and nominative/ergative pattern of spoken Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v. 37, p. 159-178, 1993.

- **ABSTRACT:** *Brazilian spoken Portuguese presents two dominant orders, SV(O) and VS, in opposition to the statement that it is a SVO language. In fact, these two orders represent two syntactic constructions, the nominative and ergative patterns. According to the paradigmatic-identificational approach, SV(O) order corresponds to nominative pattern and VS order corresponds to ergative pattern since Si from VS structure and O from SV(O) structure show the same set of features in opposition to St. So this model displays an alignment Si-O that identifies ergative languages in existential/presentative constructions, but an alignment St-Si identifying nominative languages in two place verb constructions (V2) and in non-existencial one place verb constructions (V1~e). Therefore, the intransitive constructions of Portuguese show split ergativity.*
- **KEYWORDS:** *Word order; ergative and nominative languages; split ergativity; absolutive case; existential/presentative constructions.*

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, R. Variação de ordem de constituintes em sentenças do português. *Estudos Linguísticos*, v. 14, p. 57-73, 1987.
- BARBOSA, J. S. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Acad. Real de Ciências, 1830.
- CASTILHO, A. T., PRETI, D. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo* (Projeto NURC). São Paulo: T. A. Queiroz, 1986. v. 1-3
- CHAFE, W. L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: LI, C. N. *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Significado e estrutura linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CHAVES, A. X. A ordem VS no português da fronteira. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 65-79.
- COMRIE, B. Ergativity. In: LEHMANN, W. P. (Ed.) *Syntactic typology*. Austin: University of Texas Press, 1978.
- COOREMAN, A., FOX, B., GIVON, T. The discourse definition of ergativity. *Studies in Language*, Philadelphia, v. 8, n. 1, p. 1-34, 1984.
- DECAT, M. B. N. Construções de tópicos em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- DIK, S. C. *Functional grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1981.

- DIXON, R. M. W. Ergativity. *Language*, Baltimore, v. 55, n. 1. p. 59-138, 1979.
- DUTRA, R. The hybrid S-category in Brazilian portuguese: some implications for word order. *Studies in Language*, Philadelphia, v. 11, n. 1, p. 163-80, 1987.
- FILLMORE, C. J. The case for case reopened. In: COLE, P., SADOCK, J. M. *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1977. v. 8.
- HOPPER, P. J., THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, Baltimore, v. 56, n. 2, p. 251-99, 1980.
- KEENAN, E. L. Semantic correlates of the ergative/absolute distinction. *Linguistics*, Amsterdam, v. 22, p. 197-223, 1984.
- LEHMANN, W. P. (Ed.) *Syntactic typology*. Sussex: The Harvester Press, 1978.
- LIMA, M. C. P. B. *A transitividade: contribuição para uma tipologia oracional*. Araraquara, 1985. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- LOBATO, M. L. P. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- OLIVEIRA, D. P. Sujeito in praesentia e objeto in absentia: balanceamento sintático no eixo do verbo. *Estudos Lingüísticos*, Araraquara, v. 13, p. 301-8, 1986.
- \_\_\_\_\_. O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil: em estudo quantitativo. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- PADUA, M. P. C. M. *A ordem de palavras no português arcaico*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, 1960.
- PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- PLANK, F. (Ed.) Ergativity, syntactic typology and universal grammar: some past and present viewpoints. In: *Ergativity*. London: Academic Press, 1979.
- TARALLO, F., KATO, M. Harmonia transistêmica: variação inter e intralingüística. In: *Preedição* – 5. Campinas: RG, 1989.
- VAN VALIN JR., R. D. On distribution of passive and antipassive constructions in universal grammar. *Língua*, v. 50, p. 303-27, 1980.
- VIDOS, B. E. *Manual de lingüística românica*. Madrid: Aguillar, 1967.